



## **ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV (VIDEOCONFERÊNCIA)**

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às quatorze horas, por teleconferência, sob a coordenação do senhor **ROBERTO LAMB**, Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário da DATAPREV, presentes o membro, senhora **GLAUBEN TEIXEIRA DE CARVALHO**, e, como convidados, o senhor **Luiz Cláudio Ligabue** (candidato em processo de eleição para o Comitê de Auditoria) o senhor **Wesley Almeida Ferreira** (Corregedor), o senhor **Maurício de Castro Oliveira** (Ouvidor), o senhor **Gil Pinto Loja Neto** (Superintendente de Auditoria Interna), o senhor **Siderley Pires de Santana** (Assessor da Superintendência de Auditoria Interna), o senhor **Paulo César Lima Cid Júnior** (Coordenador Geral de Auditoria Interna), a senhora **Cilene Barbosa** (Coordenadora de Auditoria Administrativa e Financeira), a senhora **Fernanda Zortéa** (Coordenadora de Auditoria Operacional e TI), o senhor **Adelson José da Silva** (Superintendente de Gestão de Serviços de TIC e Coordenador do Comitê de Crise), o senhor **José Porfírio Araújo de Miranda** (Superintendente de Gestão de Pessoas), o senhor **Glinaldo Oliveira** (Gerente do Departamento de Administração de Pessoas), a senhora **Caroline Barbosa Costa** (Superintendente de Governança e Gestão Estratégica), o senhor **Rafael de Moraes Mota** (Consultor Jurídico), o senhor **Roberto Pedroso** (Gerente do Departamento Jurídico de Demandas Contenciosas), realizou-se a 46ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário da DATAPREV, para tratar dos seguintes assuntos:

**1) Conteúdo suprimido em função de apresentar matéria de caráter reservado/restrito.**  
**2) Ouvidoria – Discussão dos trabalhos, achados, ocorrências, Canal de Denúncias, estatísticas e procedimentos.** O senhor Roberto Lamb iniciou o tema questionando o senhor Maurício de Castro sobre as atividades que ele estava desenvolvendo. O senhor Maurício de Castro fez um balanço das atividades do primeiro semestre de 2020, em que mostrou os principais números, fez uma comparação em relação às ouvidorias no Poder Público Federal, disse que o tempo médio de atendimento da Empresa é menor que o tempo médio nacional, declarou que a DATAPREV tem média resolutividade e que apesar disso o cidadão avalia bem o atendimento prestado. Ele informou que boa parte das cinquenta e sete mil, setecentas e quarenta e três (57.743) manifestações recebidas não eram de competência da Empresa e por isso foram encaminhadas para outras instituições e informou, ainda, que nunca foi recebido um número tão grande de demandas. Segundo o senhor Maurício de Castro, o aumento de produtividade se deu em razão da automatização e mudanças no processo de atendimento. Informou que o aumento na demanda se deu por motivo de a Empresa processar o Auxílio Emergencial e que todas estas demandas foram tratadas dentro do prazo e que houve redução no tempo de atendimento em relação ao mesmo semestre do ano de 2019. A respeito das denúncias recebidas pela Ouvidoria, o senhor Maurício de Castro informou que, no ano corrente, vinte e sete denúncias foram recebidas mas sete não foram apuradas em razão de não serem consideradas aptas por motivos diversos (não era competência da Empresa, não era denúncia e sem reclamação, suposição do ilícito, perda de objeto, etc.). O senhor Maurício de Castro revelou que a Ouvidoria fez relatórios mensais e que encaminhou a este Comitê. Sobre os denunciadores, o senhor Maurício de Castro relatou que os empregados e o público interno compõem a maioria do público denunciante, que o sigilo em torno do nome do denunciante é garantido, e que apenas vinte e cinco por cento das denúncias foram anônimas. A respeito dos denunciados, o senhor Maurício de Castro divulgou que três denúncias eram direcionadas a superintendentes, seis denúncias para departamento, uma para divisão, cinco para empregados e outras cinco para situações que não tinham um nome específico envolvido. Sobre a relevância dessas denúncias, o senhor Maurício de Castro informou que a Ouvidoria faz uma classificação de relevância por meio da análise da materialidade e da gravidade do fato relatado. Declarou que doze denúncias foram consideradas de baixa gravidade, quatro de média gravidade e quatro



## **ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV (VIDEOCONFERÊNCIA)**

denúncias de alta gravidade, porém essas quatro altas se referem ao mesmo caso. A respeito dos assuntos, o senhor Maurício de Castro declarou que a maioria é sobre violência laboral, falha no processo de licitação, vazamento ou uso indevido de informação e favorecimento e conflito de interesses. Prosseguiu informando que no mês de janeiro do ano corrente a Ouvidoria apresentou uma sugestão de atualização normativa para o tratamento específico de denúncias (NPO/020). O senhor Luiz Cláudio Ligabue pediu que a referida norma fosse encaminhada a este Comitê, pedido que foi endossado pela senhora Glauben Teixeira e registrado por esta Secretaria para as devidas providências. O senhor Maurício de Castro informou que em fevereiro a Ouvidoria sugeriu medidas de maior proteção ao denunciante com o objetivo de mitigar o risco de retaliação por gerentes. Revelou, ainda, que no mesmo mês foi sugerido pela Ouvidoria para que a Comissão de Ética comparecesse à unidade da Empresa no Estado do Rio Grande do Norte a fim de orientar sobre valores éticos e relacionamento interpessoal em função da incidência da ocorrência de denúncias relativas à violência laboral. O senhor Maurício de Castro informou que no mês de junho do ano corrente foi reiterada uma sugestão, feita em novembro do último ano, solicitando o compartilhamento de notificações dos incidentes de segurança da informação com a Ouvidoria, a fim de apurar atos ilícitos, e que esta sugestão ainda não foi efetivada, excluindo das denúncias levantadas o assunto “incidentes de segurança da informação”. O senhor Luiz Cláudio Ligabue destacou a relevância e a importância da Ouvidoria e questionou se essa sugestão tem boas respostas das áreas relacionadas ao tema, tendo como resposta do senhor Maurício de Castro que a Ouvidoria da Empresa é recente e que esta sugestão específica não foi implementada e que ele não obteve retorno ou resposta sobre o assunto, embora ela seja relatada mensalmente em relatórios gerados. Questionado pelo senhor Luiz Cláudio Ligabue sobre a emissão de recomendação técnica indicando os responsáveis, a necessidade de um plano de ação para a implementação desta sugestão e indicação de prazos para cumprir, o senhor Maurício de Castro revelou que não sabe se tem essa competência. O senhor Luiz Cláudio Ligabue sugeriu que este Comitê se posicionasse no sentido de fornecer um respaldo técnico para que a Ouvidoria emitisse tal documento. O senhor Roberto Lamb questionou quais medidas poderiam ser tomadas para maior proteção ao denunciante, obtendo como resposta do senhor Maurício de Castro que ações como *“realização de estudos sobre retaliações, incluindo análise de risco e medidas de mitigação. Com base no estudo, será conveniente estabelecer normativo que contemple a estruturação processual de mecanismos que impedem qualquer espécie de retaliação, como ações preventivas de proteção ao denunciante empregado da DATAPREV”*. A respeito da integração das denúncias recebidas pela Ouvidoria com as denúncias de incidentes de segurança da informação, o senhor Roberto Lamb pediu ao senhor Maurício de Castro que seja enviado a este Comitê o relatório desta sugestão, emitido pela Ouvidoria, a fim de que este colegiado recomende a implementação destas medidas. O senhor Luiz Cláudio Ligabue sugeriu que a Ouvidoria apresente também aos responsáveis pela questão da integração, um plano de ação e um prazo para implantação. Os membros do Comitê decidiram realizar encontros trimestrais com a Ouvidoria, e não semestrais, como eram realizados anteriormente, solicitando que os relatórios mensais de Ouvidoria continuem sendo encaminhados a este Comitê.

### **3) Conteúdo suprimido em função de apresentar matéria de caráter reservado/restrito.**

**4) COVID – a) Situação da empresa, próximos passos, ocorrências, aprendizados.** O senhor Adeilson José falou que o Comitê de Crise enviou a apresentação para o Conselho de Administração juntamente com um relatório escrito; falou ainda, respondendo ao senhor Luiz Cláudio Ligabue, que o Comitê de Crise é formado por oito superintendentes e pela área de Comunicação da Empresa. O senhor Adeilson José informou que as ações prioritárias foram



## **ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV (VIDEOCONFERÊNCIA)**

estruturadas em quatro eixos, a saber: ambientes de trabalho (implantação do teletrabalho), acompanhamento do plano de gestão, continuidade de negócios e atuação da comunicação interna e institucional. A respeito dos informativos sobre a contaminação dos empregados pelo COVID-19, o senhor Adeilson José declarou que toda semana os empregados são lembrados de relatar à empresa sobre o contágio, tendo quatrocentos e onze empregados relatado sintomas, sessenta e quatro casos confirmados, oito empregados foram internados, mas nenhum permanecia em internação no momento desta reunião. Relatou, ainda, que a Empresa registrou dois óbitos de empregados, sendo um na Bahia e outro no Rio de Janeiro. O senhor Adeilson José informou que a média diária de utilização predial é de apenas dois por cento de empregados e colaboradores, que foram concedidos cerca de dezoito mil acessos via VPN a empregados da DATAPREV e INSS, além da distribuição de *desktops* para empregados que necessitavam deste equipamento para trabalho em ambiente doméstico. Informou que o impacto da pandemia sobre os resultados foi de vinte e cinco por cento e o impacto em projetos em desenvolvimento foi de vinte e nove projetos. A respeito do programa de retorno ao trabalho presencial, o senhor Adeilson José declarou que semanalmente a Diretoria Executiva discute o assunto com base, entre outros indicadores, no índice de utilização de leitos de Unidades de Terapia Intensiva nos Estados, levando em consideração leitos públicos e privados, e que nenhum Estado ainda apresenta condições de retorno. Quanto à utilização dos serviços de saúde, o senhor Adeilson José informou que sessenta e seis por cento dos empregados usam planos privados e trinta e quatro por cento usam os serviços públicos de saúde. Falou que a área de Pessoas fez um levantamento para saber a quantidade de empregados prontos ao retorno do trabalho presencial e, dentre dois mil e novecentos empregados, seiscentos e oitenta e cinco foram considerados aptos, assim que os indicadores demonstrarem que é seguro o retorno. O senhor Adeilson José disse que os números de produção e prestação de serviços continuam positivos mesmo nas condições de teletrabalho e declarou que, no que tange às adaptações prediais como tapetes higienizantes, adesivos sinalizadores, controle de temperatura, entrada de garagens e pedestres, e outros preparativos, todos os prédios da Empresa já estão prontos e adaptados para receber com segurança. **b) Controles de horas extras, relações trabalhistas na situação de trabalho remoto, discussões com sindicatos.** O senhor Glinaldo Oliveira informou que após o afastamento administrativo de todos os empregados das atividades presenciais (exceto aqueles que exercem atividades essenciais), assim que decretado o estado de calamidade pública, os empregados assinaram um termo declarando ter condições de adesão ao teletrabalho e foram providenciados *tokens* e assinaturas digitais. Declarou que não há demandas trabalhistas judiciais relacionadas à pandemia do COVID-19 e que alguns empregados retiraram seus equipamentos da Empresa para viabilizar o trabalho em ambiente doméstico. Sobre o registro de frequência, o senhor Glinaldo Oliveira informou que está sendo registrado no sistema como “teletrabalho provisório”, com exceção dos empregados das unidades de desenvolvimento que estiveram envolvidos na execução do Auxílio Emergencial, necessitando inclusive de horário extraordinário, a fim de cumprir com a demanda, e que essas horas extraordinárias são registrados e autorizados pelos gestores locais, atestadas pelos superintendentes e diretores. O senhor Glinaldo Oliveira informou também que esse trabalho e registro de horas extras foi apreciado pela área jurídica e autorizada pela Diretoria Executiva. Questionado pelo senhor Roberto Lamb a respeito do registro de trabalho em horário fora do padrão já estabelecido, o senhor Glinaldo Oliveira declarou que o empregado só pode marcar no sistema de registro de ponto em caso de emergência que o exija trabalhando e somente quando autorizado pela chefia imediata. O senhor Roberto Lamb levantou a hipótese de os empregados exigirem de forma judicial o pagamento por uso de internet, aumento de banda (de internet), consumo de conta telefônica particular, consumo de energia elétrica e uso de cadeiras não ergonômicas etc. e



## **ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV (VIDEOCONFERÊNCIA)**

obteve como resposta do senhor Adeilson José que apenas dois empregados questionaram sobre o consumo de internet e tiveram suas atividades adaptadas a um consumo que não impactaria na necessidade de maior aumento de banda. Sobre o uso de máquinas e cadeiras, o senhor Adeilson José informou que os empregados foram autorizados a retirar na Empresa o computador e a cadeira para ter a ergonomia necessária.

**5) Conformidade – Revisão da consistência e observação das políticas internas: discussão da conformidade com as políticas internas, adaptações para a situação COVID.** A senhora Caroline Barbosa se apresentou e se colocou à disposição deste colegiado. O senhor Roberto Lamb questionou sobre as políticas internas, no estado de pandemia, se alguma delas teve de ser adaptada ou se há descumprimento de alguma destas políticas. A senhora Caroline Barbosa informou que as políticas estão sofrendo as revisões regulares e, no que tange a conformidade, existem normativos regulando e adaptando a condição de excepcionalidade, a saber: o teletrabalho, os processos de compras, as autuações processuais gerais, o acesso à VPN, reembolsos escolares e outros trâmites de documentos digitais que antes eram feitos em suporte de papel. Questionada pelo senhor Roberto Lamb se os empregados estão guardando os documentos em suporte de papel, a senhora Caroline Barbosa disse que os empregados foram orientados a fazerem guarda da documentação e posterior entrega dos documentos originais. O senhor Roberto Lamb perguntou se há a necessidade de treinamento dos empregados para o trabalho em meios digitais e questionou também se as lideranças da Empresa estão preparadas para liderar em meios digitais. A senhora Caroline Barbosa sugeriu que este colegiado convocasse a área de treinamento para responder a estas questões, mas adiantou que a Empresa está promovendo vários *webinars* de capacitação para novas tecnologias. Questionada pelo senhor Roberto Lamb sobre quem é o responsável por Controle Interno na Empresa, a senhora Caroline Barbosa informou que a Superintendência de Governança e Gestão Estratégica responde por essa atividade e que ela está sendo redistribuída para o senhor Augusto César, da sua equipe.

### **6) Conteúdo suprimido em função de apresentar matéria de caráter reservado/restrito.**

Sendo estes os assuntos tratados, às dezoito horas e trinta minutos a reunião foi encerrada, da qual eu, Elizabeth Maia de Paula Assis, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Comitê. Brasília-DF. 27/08/2020.

**ROBERTO LAMB**

Coordenador do Comitê de Auditoria

**GLAUBEN TEIXEIRA DE CARVALHO**

Membro do Comitê de Auditoria

**Certifica-se que este documento é cópia fiel do original assinado pelos membros do Comitê de Auditoria Estatutário, com presença de conteúdos protegidos por sigilo em função do caráter reservado/restrito da matéria, logo não constando do texto do documento**